

## A TRADUÇÃO SINTÁTICA DA METAFÍSICA

A redução da Metafísica clássica iniciou-se sobretudo com Hume (ao valorizar apenas as questões lógico-matemáticas e as questões *de facto*), prosseguiu notoriamente com Kant, mas assumiu a sua forma extrema em autores geralmente conotados com o *Círculo de Viena*. É sobejamente conhecida a afirmação de Wittgenstein segundo a qual a maioria das questões e proposições filosóficas nem sequer seriam falsas mas liminarmente desprovidas de sentido (*Tractatus...*, 4.003).

Carnap pertenceu activamente ao C. de V. e teve igual atitude negativa face aos enunciados metafísicos («Os metafísicos são músicos sem talento musical» — disse uma vez). A despeito disso, podemos extrair dele sugestões de certa maneira liberais para uma atitude a assumir perante tais enunciados. É à operação resultante dessa atitude que aqui se dá o nome de *tradução sintáctica da Metafísica*.

Embora, como farei notar, não comungue de todos os seus pontos de vista, é portanto em Carnap que me inspiro em tudo o que se segue.

Basilarmente, conferirei ao conceito de Metafísica uma extensão mais ampla da que é habitual, e concluirei por uma não absoluta diferença entre enunciados metafísicos e enunciados não--metafísicos.

Traduzir sintacticamente a Metafísica, na perspectiva aqui defendida, coincide com a tradução sintáctica da linguagem em geral.

## I

Começo por notar que há três modos genéricos de entender a Metafísica:

- (A) Como conjunto de enunciados referidos a domínios não-físicos e, supostamente por isso, inexperienciáveis.
- (B) Como Sintaxe Geral, de índole lógico-categorizante, ordenadora e codificadora de qualquer estrato de objectividade.
- (C) Como fímbria de transfigurações a-objectuais que ocorrem imanentemente em qualquer prática da linguagem, incluindo aquela que a domínios físicos se refere.

As concepções (A) e (B) foram sem dúvida as que dominaram no decurso da história, e foi em particular sobre a concepção (A) que incidiram os gestos mais cortantes de repúdio pela Metafísica. Em nome duma concepção (B) foi porém que tal repúdio se concretizou quase sempre, i.e., em nome duma Sintaxe absolutista que se entendia ser reguladora da objectividade conheçimentalmente válida. Os casos de Kant e Wittgenstein — para referir dois casos imediatamente reconhecíveis — são disso o exemplo cabal. A uma Metafísica (de tipo (A)) contrapuseram outra Metafísica (de tipo (B)). Com esta visavam estabelecer as condições a que deveriam obedecer os *enunciados com sentido* (possivelmente *verdadeiros*), mas sobretudo ultrapassar a hipótese indicada em (C), e excluir a co-validade de modelos alternativos de tipo (B). Ambos admitiam existir uma forma privilegiada de linguagem (única; universal) que no essencial não transfiguraria os domínios objectuais sobre que incidisse.

É porém demonstrável que irradiam figurações metafísicas do manto de qualquer linguagem, e assim o repúdio da Metafísica, rigorosamente, deveria coincidir com o repúdio da linguagem. Deve-se isso às seguintes razões:

(1) A linguagem é um instrumento incapaz de descrever, interpretar ou explicar a realidade duma forma pura ou absoluta. Basta ocorrerem nela palavras-classe ou conexões segundo géneros e espécies, para logo se tornar num instrumento de meta-fisicação (considerando-se como *physis*, de modo amplo, todo e qualquer domínio de *individuais*).

(2) Enquanto existe apenas uma realidade (temos de o admitir metodologicamente), há uma pluralidade de *formas de linguagem* que a ela se podem referir, e que naturalmente a repartem e transcendentalizam em conformidade com os moldes sintáctico-categoriais que as caracterizam (<sup>1</sup>).

(3) Mesmo que admitíssemos que apenas uma forma de linguagem é capaz de optimalmente captar certo estrato da realidade, o facto de essa linguagem ter de expor-se a inevitáveis tratamentos meta-linguísticos (para resolver problemas de interpretação ou sentido, de verdade ou simples validade), indica claramente um fenómeno n-uplicante que, no caso vertente, significa que qual quer forma de linguagem é mais um módulo metafísico que uma sonda linearmente física.

É por estes motivos — que se resumem dizendo que toda a forma de linguagem impõe e pressupõe uma metafísica — que entendendo ser quixotesco pretender eliminar a Metafísica.

Mais particularmente, declarar como *desprovidos de sentido* certos enunciados (aparte os paradoxais ou antinómicos...), é algo que só tem sentido em função duma forma de linguagem exclusiva daquela sob a qual eles foram formulados (Metafísicas rivais em sentido (B)), e portanto algo que em absoluto não tem sentido nenhum.

Contra essas duas atitudes é que se ensaia aqui a ideia duma *tradução sintáctica da Metafísica*. Toma-se por princípio que a única metafísica negativa é a *metafísica da confusão*, i.e., os efeitos

---

(<sup>1</sup>) A noção de *forma de linguagem* aqui usada é sobretudo uma síntese do *princípio de tolerância* (ver nota 3) e da noção carnapiana de «Linguistic Framework» (ver «Empiricism, Semantics and Ontology», *Révue Internationale de Philosophie*, XI (1950), pp. 20-40). Cada forma de linguagem envolve pelo menos: *a*) um léxico próprio que recorta *sob um determinado aspecto* os objectos de certo estrato (assim vg. uma linguagem fenomenalística ou reística consoante se tome por dados primitivos os dados sensoriais ou os objectos físicos) e explícita ou implicitamente remete para um plano conceptual; *b*) um tipo particular de lógica destinada a articular os signos que compõem o léxico anterior (que use ou não, vg., o princípio do terceiro excluído ou a teoria ramificada dos tipos); *c*) um conjunto de *princípios* destinados a classificar os objectos de um domínio em *géneros máximos* e a fornecer um *critério de individuação*. (Este último aspecto é tratado por S. Körner (*Categorical Frameworks*, Basil Blackwell, Oxford, 1970), mas já se encontra inteiramente presente na teoria carnapiana das *palavras universais*, a qual será discutida no texto); *d*) uma *estratégia discursiva*, cognitiva ou não.

desgarrados de linguagem que impossibilitam a avaliação «física» dos enunciados, a sua discussão e o seu enquadramento problemático. Traduzir a Metafísica, em consequência, consistirá em explicitar as formas de linguagem sob que se geram enunciados físicos ou trans-físicos, ao mesmo tempo que se ostentam os termos, definições, regras, pressupostos e estratégias subjacentes a essas formas de linguagem. Só assim se eliminará toda uma vasta gama de pseudo-problemas (porque nenhum problema é resolúvel independentemente da forma específica de linguagem que o projecta), e se ostentará uma base segura (e fecunda) para qualquer discussão. Porque só assim, afinal, sabemos *do que* se está a falar quando aquilo de que se fala se oculta em novelos de espuma de linguagem, ou se fractura e incomunica quando se expõe a sub-universos disjuntos do universo da Linguagem.

## II

A tradução sintáctica da Metafísica justifica-se pois por razões económicas e por razões de clareza.

(1) Por *razões económicas*, — para se evitar a reiteração de problemas irresolúveis porque mal colocados, ou indecidíveis porque formulados à margem de qualquer forma de linguagem.

(2) Por *razões de clareza*, — para que se explicita tudo o que é explicitável a propósito de um agregado de enunciados, de modo que se algum se revelar residualmente confuso — i.e., indiscutível — seja tomado como um não-enunciado.

Estas duas razões foram aproximadamente aduzidas por Carnap em 1934 — *Logische Syntax der Sprache* <sup>(2)</sup>, porém sob um entendimento assaz restritivo da Metafísica, e adentro de pressupostos excessivamente positivistas. Isto é: se bem que Carnap, ao assumir o *princípio de tolerância* no domínio da *Syntaxe Ló-*

---

<sup>(2)</sup> Todas as referências que no texto são feitas às posições de Carnap baseiam-se exclusivamente neste livro. Sirvo-me da trad. de Amethe Smeaton, *The Logical Syntax of Language*, 6.\* ed. (com correcções), Routledge and Kegan Paul Ld, London, 1964. Sempre que necessário, em notas será representado por *LSI*.

gica <sup>(3)</sup>, mantivesse que o esclarecimento de certos problemas, mesmo habitualmente tidos por filosóficos, consistia na explicitação da respectiva Sintaxe (disso se darão exemplos no final), defendia ainda a existência de uma nítida fronteira entre os enunciados metafísicos e os enunciados não-metafísicos.

Enunciados não-metafísicos seriam os enunciados científicos: os das ciências naturais; os da Lógica e da Matemática. Diriam respeito, na sua totalidade, a *questões objectuais* em cuja esfera se atribuem *propriedades* ou *relações* a objectos de certo domínio, e a *questões lógicas* que já não se refeririam directamente a objectos «mas a enunciados, termos, teorias, etc, que por sua vez se referem a objectos». (§ 72).

Os enunciados metafísicos esses não seriam propriamente enunciados mas *pseudo-enunciados*. Incidiriam sobre «objectos» como *a coisa em si*, *o transcendental*, etc, os quais por não pertencerem ao domínio das ciências exactas, apenas suscitariam pseudo-problemas. A sua análise lógica revelará que eles carecem de conteúdo cognitivo, e são apenas expressões de sentimento que por seu turno instigam nas pessoas sentimentos e tendências volitivas». (§ 72).

Se os enunciados não-metafísicos merecem tornar-se em objecto duma *Sintaxe Lógica* (ou Lógica da Ciência) que episte-

---

<sup>(3)</sup> A concepção carnapiana da *Sintaxe Lógica* filia-se na *meta-matemática* de Hilbert e na *meta-lógica* dos lógicos de Varsóvia (*LSL*, §2), e surge expressamente contra a tese de Wittgenstein segundo a qual era impossível falar das expressões linguísticas (Carnap, «Intellectual Autobiography» in *The Philosophy of Rudolf Carnap* (Ed. by P. A. Schilpp), La Salle, Illinois, Open Court, London - Cambridge U. P., 1963, pp. 3-87, p. 53). Trata-se duma teoria geral e puramente formal das formas linguísticas, é redutível a um *cálculo*, consta basicamente de *regras de formação* e *regras de transformação* dos enunciados (*LSL*, §§1 e 2). Em *LSL* Carnap formula a Linguagem I (finitista), e a Linguagem II (infinitista), a estas acrescentando uma outra — uma *Sintaxe Geral* — que reuniria as duas anteriores (*LSL*, §§ 41-71e). É nitidamente em acordo com estas várias linguagens sintácticas que Carnap formula o *princípio de tolerância*, sobre o qual, mais tarde, dirá melhor dever chamar-se *princípio do convencionalismo das formas de linguagem* («Intellectual Autobiography», in *op. cit.*, p. 35): «<<In logic, there are no morals. Everyone is at liberty to build up his own logic, i.e. his own form of language, as he wishes. All that is required of him is that, if he wishes to discuss it, he must state his methods clearly, and give syntactical rules instead of philosophical arguments». (*LSL*, § 17).

micamente explicita as regras sob que são produzidos, já os enunciados metafísicos serão segundo Carnap insusceptíveis de qualquer tradução sintáctica, pelo menos se efectuam afirmações pré-linguísticas e absolutistas acerca do mundo.

Entre uns e outros, porém, situa-se uma espécie mista de enunciados *pseudo-objectuais* ou *quase-sintácticos* (pertencentes ao *modo material de falar*, segundo Carnap), os quais não indiciando propriamente de pseudo-problemas, prestam-se contudo às maiores ambiguidades e confusões, se acaso não colocados na sua devida dimensão sintáctica. Trata-se agora de *questões lógicas imperfeitamente formuladas* que concernem sobretudo aos fundamentos filosóficos das várias ciências. Dizem respeito à Filosofia da História, à Filosofia da Linguagem, à Filosofia da Natureza, à Filosofia da Matemática, etc, e só a sua inequívoca tradução numa linguagem puramente sintáctica arredará a ilusão de se referirem a objectos, quando, na verdade, eles apenas se referem aos *termos* em que se fala de objectos. É quase exclusivamente sobre esta espécie mista de enunciados que Carnap faz sentir a necessidade duma tradução sintáctica (por razões de clareza), uma vez que os retintamente metafísicos (no sentido forte do termo) nem sequer seriam traduzíveis <sup>(4)</sup>.

A tradução sintáctica apenas aplicada a domínios restritivos — científicos ou para-científicos — e concomitante minimização dos enunciados tipicamente metafísicos, é em resumo aquilo que em Carnap se descortina, e que é bem notório na seguinte asserção: «Ao lado das questões das ciências individuais, apenas restam como questões genuinamente científicas as questões da análise lógica da ciência, dos seus enunciados, termos, conceitos, teorias, etc.» (§ 72).

É assim claramente visível que Carnap entende existirem discursos que estão imunes de Metafísica, e que não são contaminados pelas transfigurações a-objectuais da linguagem (em maior ou menor escala), os quais, em geral, seriam os discursos das ciências exactas (sintéticos) e os discursos da Lógica e da Matemática (puramente analíticos). Uma *Sintaxe Lógica* embora assumida pluralmente e não em termos homogéneos (em virtude do *princípio de tolerância*: e nisso se distingue de Kant e Wittgenstein), é ainda aquilo que

---

<sup>(4)</sup> Sobre os enunciados *quase-sintácticos* ou *pseudo-objectuais* do *modo material de falar*, ver *LSL* sbo §§ 73-74.

Carnap entende ser a salvaguarda duma pura objectividade. Ao não conferir à Metafísica o sentido amplo ((C)) que lhe atribuí inicialmente, Carnap comunga do sonho positivista e neo-positivista de eliminação da Metafísica, desconsidera liminarmente (por não-científicos nem para-científicos) os enunciados trans-físicos. E não problematiza como possivelmente metafísicos os próprios enunciados físicos <sup>(5)</sup>.

Porém, a Metafísica imiscui-se efectivamente em todo o tipo de enunciados, e é omnímoda a necessidade da sua tradução sintáctica. Embora, por exemplo, os enunciados trans-físicos (Metafísica no sentido forte) não se refiram a domínios experienciáveis e não sejam decidíveis em termos de Verdade e Falsidade, não deixam por isso de exercer *funções pragmáticas* no domínio geral das acções humanas, e de serem traduzíveis sob a sintaxe que os rege. As razões económicas e as razões de clareza que há pouco aduzi como justificadoras da tradução sintáctica da Metafísica, aplicar-se-ão, por conseguinte, aos produtos linguísticos em geral. Uma vez que, em suma, só a explicitação dos *esquemas conceptuais, regras e estratégias* a partir dos quais os enunciados singulares são formulados, permite aferir a sua validade regional, a sua dimensão em termos claros e não absolutistas, mas também — e contra os pressupostos de Carnap — em termos não exclusivamente regidos por *modelos fisicalistas* ou positivamente cientificistas.

---

<sup>(5)</sup> De um lado há os *enunciados (com significação cognitiva)* — se confirmáveis ou infirmáveis por resultados observacionais; de outro lado os *pseudo-enunciados (sem significação cognitiva)* — incapazes de serem confirmados ou infirmáveis por quaisquer dados observacionais concebíveis (Carnap, «Replies and Expositions», in *The Philosophy of Rudolf Carnap*, op. cit., p. 874 ss.). Quer dizer que Carnap mantém um critério empiricista para delimitar os autênticos enunciados (não metafísicos) mesmo quando entende dever ser substituído o *princípio da verificabilidade* (inicialmente introduzido por Wittgenstein e aceite no Círculo de Viena) pelo *princípio da confirmabilidade*: este continua a exigir que todos os enunciados científicos possam ser reduzidos a *predicados de observação* («Intell. Auto.», op. cit, p. 59), conforme, aliás, se expõe em *LSL*, § 82. A única maneira, segundo Carnap, de dar uma certa significação aos enunciados metafísicos — apenas a alguns, especifique-se — consiste em substituí-los por questões práticas referentes à escolha de certas formas de linguagem («Replies...», op. cit, p. 869). Disso se dará nota na parte IV do texto.

### III

Darei agora exemplos de enunciados que segundo Carnap estariam imunes de Metafísica, a fim de mostrar que essa imunidade é apenas ilusória:

- (1) «Babilónia era uma grande cidade».
- (2) «Os leões são mamíferos».

Na perspectiva de Carnap estes enunciados referem-se a objectos (mas mesmo isso é problematizável), e os predicados que neles emergem exprimem uma propriedade desses mesmos objectos (<sup>6</sup>). Pode porém sustentr-se que a metafísica deflagra logo ao nível da linguagem na atribuição (e duma certa maneira) de um predicado a um sujeito. O modo de encarar substancialmente os sujeitos dos enunciados (e os correspondentes objectos físicos) é um modo típico nas línguas indo-europeias que influenciou nomeadamente o destino da filosofia ocidental, mas não é de forma alguma o único modo possível nem talvez o mais eficaz (<sup>7</sup>). Se línguas como a dos índios Hopi ou a dos Bascos são agenciadas por esquemas de linguagem predominantemente acontecimentais — mais enquadráveis numa lógica proposicional que numa lógica das classes — isso sugere que a relatividade subjacente à objectualização em geral sintomatiza desde logo uma certa Metafísica, — na medida em que os objectos, por isso mesmo, jamais são captáveis no seu *em-si--mesmo*, mas apenas em recipientes formais que os transcendem e diferem variamente (ainda que em maneirismos igualmente eficazes ). Mas além deste aspecto, de carácter genérico, outros há que

---

<sup>6</sup> Sobre os dois exemplos em apreço, apresentados como frases-objecto (object-sentences), ver § 74. As frases-objecto enquadram-se em questões objectuais (object-questions). «By object-questions are to be understood those that have to do with the objects of the domain under consideration, such as inquiries regarding their properties and relations. (...)• For instance, in the domain of zoology, the object-questions are concerned with the properties of animais, the relations of animais to one another and to other objects, etc.; the logical questions, on the other hand, are concerned with the sentences of zoology and the logical connections between them, the logical character of the definitions occurring in that science, the logical character of the theories and hypotheses which may be, or have actually been advanced, and so on». (*LSL*, § 72).

<sup>7</sup> Sobre este particular ver Jean-Louis Gardies, *Esquisse d'une Grammaire Pure*, J. Vrin, Paris, 1975, pp. 105-106.

corroem a pretensão não-metafísica daqueles exemplos. Vejamos em detalhe:

(1) Em «Babilónia era uma grande cidade» usa-se uma função proposicional — ser uma grande cidade — que supostamente foi verificada numa entidade (Babilónia) numa forma absolutista, quando, rigorosamente, só em função numa definição prévia do «ser uma grande cidade» se pode anuir positiva ou negativamente em relação àquele enunciado. Pode perguntar-se em que exacto sentido foi Babilónia uma grande cidade, e pode dar-se o caso de nem todos estarem de acordo quanto ao facto (que maioritariamente é para-linguístico) de «Babilónia haver sido uma grande cidade». O assentimento (ou não) sobre «Babilónia foi uma grande cidade» não depende pois, pelo menos exclusivamente, das propriedades reais de Babilónia, mas de campos gnoseológicos interiorizados, convenções e regras de falar meta-babilónicas. «Ser uma grande cidade» é de algum modo um predicado *sintético a priori* que em vez de necessariamente referenciante, é-o apenas convencionalmente. Naquele enunciado Carnap pode ter suposto que apenas se está a falar dum objecto, mas o certo é que nele também implicitamente se fala das palavras com que se fala desse objecto. Há portanto aí um nítido movimento metafísico de a-objectualidade.

(2) No que se refere a «Os leões são mamíferos», notar-se-á que este enunciado tem por sujeito não um objecto individual (real), mas um objecto abstracto ou uma classe. Este objecto será rejeitável, por exemplo, no interior numa forma de linguagem puramente nominalista; aquele enunciado não é objectual no sentido pelo menos fisicalista do termo. A sua tradução em linguagem sintáctica será qualquer coisa como «Para todo o  $x$ , se  $x$  é um leão, então  $x$  é um mamífero», — o que indica um movimento abstraccionista que rigorosamente deve ser declarado como metafísico. Ademais, quando se diz que « $x$  é um leão» e «todos os leões são mamíferos» está-se a fazer *pertencer* uma entidade a uma classe e, seguidamente, a *incluir* uma classe noutra classe. Ora, ao nível imanentemente físico, não há relações de pertença nem relações de inclusão. Trata-se pois aí de *maneiras úteis de falar* que no mínimo não são idênticas nem correspondem estruturalmente às *maneiras das coisas de que se fala*. Basta considerar que há menos coisas do que classes e mais sub-classes do que classes, que logo esta perspectiva se torna evidente. Mas ela não indica senão um excesso dos efeitos da linguagem sobre a causa ('supostamente objectual) da não-linguagem.

Em resumo: que uma certa auréola metafísica se intromete naqueles enunciados que Carnap entendeu serem puramente objectuais, sinaliza-o o *problema dos universais* que desde cedo se formulou em labiríntica irresolução a propósito dos mecanismos da predicação. Uma *dimensão de universais* intercala-se com efeito em qualquer linguagem (mesmo que só implicitamente) e não deixa de semaforizar o seu sentido metafísico. Basilarmente, são as *palavras universais* que tornam qualquer enunciado num enunciado apenas quase-objectual (contrariamente ao que supunha Carnap), e implicam a conveniência da sua tradução numa *sintaxe relativa*, numa sintaxe que, conseqüentemente, jamais pode pretender-se como reguladora (ou codificadora) duma absoluta objectividade.

#### IV

Carnap, aliás, não deixou de encarar a questão: a maioria dos equívocos que deflagram na Filosofia radicam num uso absolutista das *palavras universais* (Allwörter). Erigem-se sobre elas problemas supostamente objectuais, quando, na melhor das hipóteses, apenas se está subrepticamente a propor a *desiderabilidade* de uma dada forma de linguagem (§ 78). Mais geralmente, é o uso transviado delas que origina a maioria dos pseudo-problemas: tem-se a ilusão de que alguém se está a referir a objectos, quando, de facto, apenas se está a referir a palavras, embora delas dizendo algo que paralelamente é aplicável aos objectos (§ 80).

Mas o que são, em rigor, as palavras universais? — São conceitos trivialmente analíticos e sempre relativos a uma forma de linguagem, podendo ser utilizados, sem perigos de maior, para classificar genericamente os objectos do domínio dessa mesma forma de linguagem. No dizer de Carnap: «Uma palavra é uma palavra universal se acaso exprime uma propriedade (ou relação) que pertence analiticamente a todos os objectos de um certo género, sendo dois objectos englobados no mesmo género se as suas designações pertencem ao mesmo género sintáctico.» (§ 76). Como exemplos de palavras universais temos «objecto», «propriedade», «facto», «relação», «condição», «processo», «acção», «espaço», «tempo», «classe», «coisa», «número», etc. *Número*, vg., é uma palavra universal, porque na série de enunciados «sete tem a forma  $2n + 1$ », «sete é ímpar» e «sete é um número», só este último tem a proprie-

dade de ser um enunciado trivialmente analítico (de conteúdo praticamente nulo) que como tal se mantém se a «sete» substituirmos qualquer outro nome de número. E porque esta trivial analiticidade da palavra número apenas se colhe em função duma forma de linguagem (em vez de números poderemos vg. falar, russellianamente, em *classes de classes...*), dizer que «há números» apenas pode significar que há tal género de entidades representadas nessa linguagem, mas não significa qualquer asserção absolutista acerca dos números (da sua realidade, vg.).

Este último aspecto é esclarecedor: quando as palavras universais apenas funcionam como *símbolos sintácticos* (símbolos auxiliares) especificadores do tipo de entidades representáveis pelas variáveis duma linguagem, faz-se delas um uso não metafísico (§ 76); mas far-se-á delas um uso metafísico, gerador de confusões e pseudo-problemas, se em vez de nos cingirmos à sua função meramente sintáctica, as incluirmos no *modo material de falar* — porque então «elas parecem designar géneros de objectos, e assim levam naturalmente à formulação de questões referentes à natureza dos objectos desses géneros» (§ 80).

Deste último modo surgem falsos problemas como os relativos à realidade/idealidade dos números, à natureza das propriedades e relações, do espaço-tempo, toda a querela dos universais. Mas para tais casos a solução de Carnap é expedita: «Todas estas pseudo-questões desaparecem se em vez do modo material for usado o modo formal de falar, i.e., se na formulação dessas questões, em vez de palavras universais como «número», «espaço», «universal», empregarmos as palavras sintácticas correspondentes («expressão numérica», «coordenada espacial», «predicado», etc.» (§ 80).

Ora esta solução de Carnap supõe em última análise: a) a possibilidade de *eliminar* muitas questiúnculas metafísicas, através da versão sintáctica da linguagem, — visto que esta tanto impossibilita pseudo-enunciados tais «o nada nadifica» ou «César é um número primo»<sup>(8)</sup>, como neutraliza a ilusão objectual do modo material de falar; b) a recusa de que as palavras universais introduzam efeitos

---

<sup>(8)</sup> Esta perspectiva é já defendida por Carnap em «Überwindung der Metaphysik durch Logische Analyse der Sprache», *Erkenntnis*, vol. II (19-32), onde, além de expor um critério empiricista da significação das palavras e enunciados, sustenta que os pseudo-enunciados da Metafísica seriam informuláveis no

metafísicos — no sentido (C) que inicialmente referi — quer no domínio das ciências empíricas, quer no domínio sintáctico da Lógica das Ciências.

Donde: restam na sua inquestionável pureza os *enunciados-objecto* e os *enunciados sintácticos* <sup>(9)</sup>. O modo como Carnap delimita e perspectiva as palavras universais não faz senão reforçar a fronteira supostamente bem policiada entre cientificidade e metafisicidade.

Sucedem porém que:

(A) Carnap não fornece nenhum critério suficiente para uma demarcação *standard* das palavras universais <sup>(10)</sup>, nada nos impedindo de considerar qualquer palavra com uma palavra universal. Basta que funcionalmente ela subsuma um domínio determinado de entidades ou de propriedades/relações de entidades.

(B) Ao *princípio de tolerância* no âmbito da Lógica, Carnap acaba por anexar o *princípio de convencionalismo* das definições e regras (de formação e transformação) no âmbito da linguagem da ciência, — da Física, nomeadamente (§ 82). Nada a objectar a isso, senão que: se conferirmos às palavras universais a extensão sugerida em (A), elas próprias serão de natureza convencional e/ou pragmática.

---

contexto duma *linguagem logicamente bem construída* que, inclusive, estivesse bem estratificada tipologicamente. É neste texto que escarpeliza «o nada nadifica» de Heidegger, bem como outras incúrias lógicas ocorridas em textos metafísicos. Ver írad. (do artigo referido) por Arthur Pap, «The Elimination of Metaphysics through 'Logical Analysis of Language'» in *Logical Positivism* (1958), Ed. by A. J. Ayer, The Free Press, New York (First Free Press Paperback Ed., 1966, pp. 60-81).

<sup>(9)</sup> Metaphysical philosophy tries to go beyond the empirical scientific questions of a domain of science and to ask questions concerning the nature of the objects of the domain. These questions we hold to be pseudo-questions. The non-metaphysical logic of science, also, takes a different point of view from that of empirical science, not, however, because it assumes any metaphysical transcendency, but because it makes the language-forms themselves the objects of a new investigation. On this view, it is only possible, in any domain of science, to speak either *in* or *about* the sentences of this domain, and thus only object-sentences and syntactical sentences can be stated». (*LSL*, § 86).

<sup>(10)</sup> Esta objecção é feita nomeadamente por W. V. Quine - 1969 (*Relativité de l'Ontologie et autres Essais*, trad. J. Largeault, Aubier-Montaigne, Paris, 1977, pp. 107-108), para tirar, no entanto, ilacções substancialmente diferentes das nossas.

(C) Não se vê maneira de conciliar tal convencionalismo/ /pragmatismo, se acaso ele afectar todas as formas de linguagem, com a tese de que alguma delas possa ser isenta de efeitos metafisicizantes. A razão é que, nesse caso, inexistente uma total determinação duma linguagem por parte dos seus supostos referentes. E mesmo que fosse possível reduzir todos os enunciados a *enunciados de observação* (enunciados protocolares), estes não deixariam de ser contaminados por aqueles efeitos, visto que, no mínimo, sobre um mesmo agregado de entidades podem ser instituídos alternativos planos de observabilidade <sup>(11)</sup>.

Da aceitação destes filosofemas parece ser legítimo concluir *que não há física sem metafísica, nem metafísica sem uma «física» correlativa*. Pode agora explicitar-se mais esta perspectiva, e algumas consequências que dela resultam:

No sentido amplo que inicialmente lhe conferi, a Metafísica intercala-se em qualquer sistema de linguagem desde o simples momento em que ele, instituindo-se, logo institui um certo *domínio objectivo*, um domínio constituído por objectos próprios e singulares que em mais nenhum lado existem senão precisamente aí: nesse domínio. Quer dizer que este, porque recortado em função da orla a-objectual das palavras universais (transcendentes por natureza), nunca é um domínio neutro de objectos, nunca é constituído por objectos que puramente decalquem os objectos exteriores a tal sistema de linguagem, ou possam permanecer totalmente idênticos se deslocados para outros sistemas. As palavras universais, em consequência, fazem de qualquer enunciado um enunciado que se tomado imediatamente é apenas quase-objectual, um enunciado que só se torna *objectivo* (i.e., indicador dum *objecto singularizado*: nem a-linguístico nem inter-linguístico) quando enquadrado na respectiva Metafísica. Por outras palavras: quando integrado na devida forma de linguagem e na convencionalidade-pragmatia que a especifica.

---

<sup>(11)</sup> Sobre a inexistência de um modelo universal ou necessitarista de enunciados protocolares ver Otto Neurath, «Protokollsätze», *Erkenntnis*, vol. III, 1932/33 (trad. por G. Scaifick, «Protocol Sentences», in *Logical Positivism*, op. cit., pp. 199-208). O próprio Carnap em «The Elimination of Metaphysics...» in *op. cit.*, p. 63, sugere que eles tanto podem ter v.g. um estatuto fenomenalístico como fisicalista... Ver também, sobre o assunto, *LSL*, § 82.

Exemplo: admitindo-se que «triângulo» é uma palavra universal, «a soma dos ângulos internos dum triângulo é igual a cento e oitenta graus» é um enunciado em si mesmo quase-objectual. Para ser objectivo deve ser incluído numa particular forma de linguagem geométrica, num conjunto de axiomas e postulados que particulem qual o tipo de objecto-triângulo que está em consideração. Só nesse contexto podemos decidir se tal enunciado é verdadeiro ou falso. E assim sucede sempre: a verdade ou falsidade dum enunciado, a sua validez ou invalidez, a simples possibilidade de o discutirmos, têm necessariamente de cingir-se a um *núcleo bem preciso de objectividade que, longe de ser a antecedência, é antes a consequência duma metafísica explícita ou explicitável.*

Por outro lado, se admitirmos — e temos de admiti-lo — que qualquer forma de linguagem, *se o é*, é-o em função de alguma *estratégia discursiva* (cognitiva ou outra), quebra-se toda a linha divisória, supostamente rígida ou absolutista, entre conceitos e pseudo-conceitos, entre enunciados e pseudo-enunciados <sup>(12)</sup>.

Só «conceitos» e «enunciados» apátridas são (e então forçosamente) pseudo-conceitos e pseudo-enunciados. Sob a dependência duma forma de linguagem há sempre conceitos e enunciados quase-objectivos que podem tornar-se objectivos. Porque então, acerca de *algo*, sempre se estará a dizer alguma coisa de identificável. Por absurdo ou abstruso que seja, seja esse algo um mero ente de linguagem. Isso pouco importa: se enquadrado ou enquadrável numa qualquer forma de linguagem, a qualquer enunciado metafísico corresponde a sua «física». Ou seja: uma quadrícula própria de objectividade que, no mínimo, pode consistir em efeitos pragmáticos (teóricos, vg.) que dele se libertam pelo simples facto de a sua enunciação permitir a sua discussão.

Ora é neste horizonte geral que se põe a exigência de traduzir sintacticamente a Metafísica. Com um objectivo claro: fixar *a objectividade* de que se fala numa linguagem (visto que nunca ela coincide com um universo de referentes puros ou necessariamente permutáveis inter-linguisticamente); evitar confusões e falsos problemas; indagar aquilo que é discutível de entre aquilo que se enuncia; apresentar à discussão os enunciados em acordo com as condições da sua produção.

---

<sup>(12)</sup> Garnap aceitava tal distinção e com base nela é que partilhava não-metafísica/metafísica. Rever notas (S) e (8).

É por conseguinte aplicável em geral (e apenas com os correctivos que já sugeri) o que Carnap diz a propósito do caso particular dos enunciados pertencentes ao modo material de falar:

«Logo que numa discussão surjam obscuridades e dúvidas, é conveniente traduzir no modo formal de falar [em linguagem sintáctica] pelo menos a tese principal envolvida na controvérsia, e torná-la mais precisa pela determinação da linguagem a que ela se refere, e pela indicação de ela estar a ser entendida como uma asserção ou como uma sugestão. Se acaso o proponente da tese se recusa a fazer tal demarcação [mas eu alteraria: se isso é impossível de se fazer...], então a tese em questão é incompleta e por isso mesmo insusceptível de discussão.» (§ 79).

Como propõe Carnap, é inclusive operativo distinguirmos entre enunciados que representam uma *asserção* e enunciados que representam uma *sugestão*. As asserções só são decidíveis no interior duma forma de linguagem cujas propriedades sintácticas ou são válidas para todos os domínios objectivos, ou para domínios objectivos regionais (desta ou daquela ciência, vg.). As sugestões, essas só são decidíveis (mas não em termos de Verdade ou Falsidade) no interior duma forma de linguagem que se apresente ela própria como linguagem desejável ou óptima. Isto é o que diz Carnap. É certo que, adianta, muitos dos enunciados filosóficos (metafísicos em sentido forte) não representam uma asserção, apenas uma sugestão, e, nesse caso, «nós podemos quando muito discutir a utilidade da proposta em causa ou investigar as suas consequências.» (§ 78). Mas parece-me não existir também uma clara linha divisória entre enunciados-asserção e enunciados-sugestão.

Uma vez que qualquer enunciado é produzido no contexto duma forma de linguagem e o seu referente absoluto (que lhe é transcendente) pode desdobrar-se em vários objectos doutras formas de linguagem, o uso duma dada forma de linguagem contamina todos os enunciados-asserção duma certa *sugestibilidade*, e todos os enunciados-sugestão duma certa *assertabilidade*. Por outras palavras: *toda a forma de linguagem implica uma, proposta de objectidade*.

Donde: um plexo de a-objectualidade e uma certa pragmática idealizante affectam todo o domínio dos enunciados. Mais um motivo porque uma certa Metafísica (embora diversamente graduada) se intromete em todo o universo da linguagem. Razão porque não

existe uma clara partilha entre Metafísica e não-Metafísica. E outra razão porque se torna imperiosa a tradução sintáctica da Metafísica, i.e., a tradução sintáctica da Linguagem em geral.

## VI

Apresento agora alguns exemplos de traduções sintácticas efectuadas por Carnap, a elas acrescentando outras por mim esboçadas. Os exemplos de Carnap, segundo a sua própria definição, pertencem ao modo material de falar (Exemplos A); os restantes podem considerar-se enunciados metafísicos em sentido forte (Exemplos B).

### EXEMPLOS A

<b>Modo Material de Falar</b>	<b>Modo Formal (T. Sintáctica)</b>
(1a) —Os números são classes de classes de coisas.	(1b)—As expressões numéricas são expressões-classe de 2.º nível.
(2a) —Os números pertencem a um género primitivo e especial de objectos.	(2b) —As expressões numéricas são expressões de nível zero.

COMENTÁRIO: Estes exemplos, e os que imediatamente se seguem, evidenciam bem um tipo particular de «époché» carnapiana... Além disso, vincar-se-á que, mesmo traduzidos sintacticamente, os enunciados primitivos continuam a ser problemáticos se não se especificar a forma de linguagem onde eles adquirem pertinência. Os enunciados sintácticos em causa não são válidos para todas as linguagens (ambos seriam falsos), mas serão válidos ambos (e verdadeiros) pelo menos para uma linguagem em geral, uma vez que — mantém Carnap — é possível construir a linguagem da aritmética de tal modo que tanto (1b) como (2b) sejam Vs (§ 78). Porém, se os disputantes daquelas duas teses as entendem como formas de linguagem *propostas* como linguagem da ciência, então não pode ser discutida a questão da sua Verdade ou Falsi-

dade, mas apenas a questão de saber qual das formas de linguagem é mais apropriada para certos propósitos (§ 78).

(3a) —O mundo é uma totalidade de factos e não de coisas (Wittgenstein).

(3b) —A ciência é um sistema de enunciados e não de nomes.

(4a) —Um facto é uma combinação de objectos (Id.).

(4b) —Uma proposição é uma série de símbolos.

COMENTÁRIO: Estes dois exemplos extraíu-os Carnap dos *Tractatus* de Wittgenstein, e é muito provável que o pensamento deste haja sido traído com aquelas versões sintácticas. Todavia elas não deixam de ser pertinentes. Porque Wittgenstein entendia que os factos têm de ser representados numa proposição, e porque — acrescentava — «a totalidade das proposições verdadeiras constitui a totalidade das ciências da natureza» (4.11), aquela tradução pode considerar-se contextualmente legitimada. Até porque um conjunto de objectos (ou nomes) descombinados jamais poderiam constituir um facto (ou uma proposição), e, por extensão, um mundo (ou um sistema). Por muito discutível que seja a proposta tradutória de Carnap, o certo é que os enunciados (3a) e (4a) exigem uma qualquer tradução. É que os objectos «mundo» e «facto» são tudo menos objectos unívocos no universo geral dos discursos e, por outro lado, objectos indelimitáveis a não ser nesse universo. Além disso, não são perfeitamente singularizados por Wittgenstein.

## EXEMPLOS B

(5a) —O Real não existe (B. H. Levy).

(5b) —Não existe uma linguagem realista.

(6a) —Deus morreu (Nietzsche).

(6b) —Pereceu a Linguagem onde univocamente se falava de Deus.

(7a) —O mundo voltou de novo a ser infinito (Id.).

(7b) —Há uma infinidade de linguagens interpretativas do mundo.

COMENTÁRIO: Sem qualquer tradução estes seriam enunciados absolutamente indiscutíveis em termos cognitivos, encaráveis mesmo como não enunciados (5a), não confirmáveis nem infirmáveis (6a), insusceptíveis de formulação epistémica (7a). As traduções que proponho não visam senão representar uma base em que eles seriam discutíveis, estando minimamente de acordo, presumo, com as condições «amplamente contextuais» da sua formulação.

## VII

Resta uma palavra final para reconhecer que não existe tradução de enunciados metafísicos que não seja problemática (mesmo se alguém especifica: por *X entendo Y mais Z ...*, *Y* e *Z* continuam sendo um abismo de n-uplicação problematizável).

E ainda: traduzir sintacticamente a Metafísica (a Linguagem em geral) é operar no interior duma certa Hermenêutica. Ou por outras palavras: a tradução sintáctica da Metafísica é na maioria dos casos uma tradução impossível sem a conjunção duma Sintaxe, duma Semântica e duma Pragmática<sup>(13)</sup>. Visa-se circunscrever um núcleo sólido para discussão, mas nem a fixação desse núcleo

---

<sup>(13)</sup> Adentro das suas preocupações teóricas, que não coincidem no todo com as expendidas neste texto, Carnap acabou por reconhecer, posteriormente a 1934, a necessidade de conjugação daquelas três disciplinas, reunidas sob a designação de *Semiótica*. Partindo duma concepção de Tarski, é em *Introduction to Semantics* (1942), em *Formalization of Logic* (1943) e em *Meaning and Necessity* (1947) que estabelece nomeadamente a distinção entre Sintaxe e Semântica, tratando esta última, fundamentalmente, dos conceios de Designação e Verdade (noção semântica de Verdade, sublinhe-se). Os três ramos da Semiótica, entretanto, ficam assim distribuídos: «If in an investigation explicit reference is made to the speaker, or, to put it in more general terms, to the user of a language, then we assign it to the field of *pragmatics*. (...) If we abstract from the user of the language and analyze only the expressions and their designata, we are in the field of *semantics*. And if, finally, we abstract from the designata above and analyze only the relations between the expressions, we are in (logical) *syntax*. The whole science of language, consisting of the three parts mentioned, is called *semiotic*». (*Introduction to Semantics and Formalization of Logic*) (Two volumes in One), Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1968 (3.ª ed.), § 4 (de *Int. to Sem*), p. 9. Sobre a recusa duma perspectiva puramente sintáctica, ver tb. «Intell, Auto.» in *op. cit.*, pp. 56-62.

pode sempre respeitar um suposto «original», nem determinar-se apenas por perspectivas habitualmente tidas por sintácticas, as quais se limitam a considerar as relações formais entre os signos e expressões, e põem de parte outras instâncias transcendentais à Linguagem. Surge assim a questão: por que falar em *tradução sintáctica, da Metafísica*?

Para além de nos cingirmos a uma estratégia que Carnap designa com as mesmas palavras, eis a razão plausível:

Na medida em que a Metafísica é imanente a qualquer forma de linguagem singularizada num conjunto de enunciados, os aspectos semânticos (relações complexas de significado, designação e verdade) e os aspectos pragmáticos (usos singulares das palavras e das coisas, objectivos extra-linguísticos, etc.) tendem a ser *naturalizados ou* reduzidos à imanência da própria forma de linguagem. Esta funciona sempre (ver por ex. as fs. de ling. políticas...) como uma espécie de *axiomática* cerzada de acentuado formalismo, com as suas definições nem sempre explícitas, com as suas regras próprias de formação e transformação dos enunciados (uma *regularidade, normalidade e ortodoxia* são sempre inerentes a...). Sob este prisma tudo se reduz a uma pura Sintaxe. Justifica-se nesta medida que se fale em tradução sintáctica da Metafísica.

Entretanto, para que este escopo se concretize, exige-se que de alguma maneira nos coloquemos de fora da imanência anterior. Caso contrário só poderemos repetir em vez de traduzir, persistir na indeterminação e confusão em vez de trazer os enunciados a um domínio de possível discussão-problematização. Sob este prisma é a própria tradução sintáctica que exige aportações semânticas e pragmáticas. Com elas se pode tornar como que transcendente e artificial aquilo que a si mesmo se apresentava como imanente e natural. Pode então explicitar-se qual a sinfonia logética que temos em presença, podem afinar-se os instrumentos com Vista à sua interpretação, ocorrem ou é possível que ocorram acertos intersubjectivos. Com isso, porém, não caminhamos necessariamente para o zénite da Verdade da Linguagem sob discussão, nunca podemos ter a garantia de que ao organigrama dela corresponde uma réplica exacta num mundo exterior. Mais uma razão, afinal, para se falar em tradução sintáctica da Metafísica. E para se realçar o seu incontornável carácter problemático.

Para resumir, enfim, diremos que o desidério de traduzir sintacticamente a Metafísica decorre da seguinte questão:

Se supusermos que há *uma* forma de linguagem que não produz aspectologias transcendentais e artificiais, não há razão para admitirmos uma Metafísica a ela correlativa. Nessa hipótese, apenas nos resta colher limpidamente o que em tal linguagem nos é dito, não se justifica qualquer tradução, não há «mundos alternativos» ou «perspectivas alternativas» de um mesmo mundo.

Mas não residirá porventura a pior das Metafísicas na conversão daquela suposição em asserção?

Creio bem que sim.

Trata-se porém dum problema que, temos de reconhecê-lo, está *para além da verdade ou falsidade*.

ADÉLIO MELO